

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v6n1p186-195>

CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO RIO DE JANEIRO EM TEMPOS DE COVID-19: TEMÁTICAS, ATIVIDADES REMOTAS E BLOCO NO PODER

RIO DE JANEIRO CITY BOARDS OF EDUCATION IN COVID-19 TIMES: THEMES, REMOTE ACTIVITIES, AND POWER BLOC

Rafael Bastos Costa de Oliveira¹
Hellen da Silva Mendonça²

Resumo: O artigo analisa as principais constatações presentes nas atividades de três Conselhos Municipais de Educação, ao longo da pandemia da Covid-19. São eles o Rio de Janeiro, São Gonçalo e Petrópolis. O referencial teórico-metodológico foi a Teoria do Estado e a filosofia da práxis. Foram feitas análises comparativas, uma entrevista, etnografia e a observação participativa. As principais constatações, a respeito das temáticas mais debatidas, giraram em torno da garantia do direito à educação nas redes municipais; a preocupação com as condições de trabalho; a qualidade da educação desenvolvida. Pode-se perceber que em Petrópolis, o poder executivo esteve muito presente nas reuniões do Conselho, também a construção de políticas foi permeada por uma importante capilaridade entre a sociedade civil, frações de classe em torno do bloco no poder. O Conselho foi um grande palco de debate sobre os rumos educacionais da cidade. Em São Gonçalo, o diálogo democrático, por conta do poder executivo, praticamente inexistiu. No Rio de Janeiro, o foco foi o monitoramento do Plano Municipal de Educação. Nota-se que a sociedade civil organizada resulta em desdobramentos políticos relevantes. Ao fim, apesar do potencial dos conselhos, é notório que o poder executivo tem um peso muito grande na capacidade da execução da política. A pandemia ampliou o fenômeno do trabalho remoto, da transmissão das atividades via redes, e maior publicização das atividades destes espaços de controle social.

Palavras-chave: Conselhos Municipais de Educação. Covid-19. Atividades Remotas. Bloco no Poder.

Abstract: This research analyzes the main findings present in the activities of three City Boards of Education of Rio de Janeiro, São Gonçalo and Petrópolis during the Covid-19 pandemic. State Theory and the philosophy of praxis were used as

¹Pós-doutorado em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob supervisão do professor Dr. Rodrigo Stumpf González (2021). Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2015) e mestre pelo mesmo programa (2010).

²Graduanda em Pedagogia pela UERJ.

theoretical and methodological referential. We conducted an interview, comparative analysis, ethnography and participatory observation. The most debated themes evolved from the guarantee of the right to public education in the city's schools; the concern over working conditions, and the quality of education developed. The Executive Branch played an important role in the Petrópolis City Board meetings, and the construction of policies was permeated by an important capillarity between civil societies, class fractions around the power bloc. The City Board of Petrópolis was a great stage for debate on the educational directions of the city. However, the democratic dialogue was practically non-existent due to the executive power in São Gonçalo. In Rio de Janeiro, the focus was on monitoring the City Educational Plan. Finally, despite the boards' potential, it is obvious that the Executive Branch has a huge weight on the ability to enforce the policy. The pandemic expanded the remote work phenomenon, as well as the transmission of the City Boards activities through social media, and increased the dissemination of the activities of these social control spaces.

Keywords: City Boards of Education. Covid-19. Remote Activities. Power Bloc.

Recebido em: 21/10/2021
Aceito para publicação em: 22/11/2021

1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa, de forma breve, as principais constatações presentes nas atividades de três Conselhos Municipais de Educação (CMEs), em diferentes momentos, ao longo da pandemia da Covid-19, desde março de 2020 a outubro de 2021. As cidades e respectivos conselhos delimitados são de Petrópolis, Rio de Janeiro e São Gonçalo.

É importante destacar, de antemão, que as observações destes conselhos ocorreram de formas e em tempos diferentes, isto será melhor justificado no próximo tópico do artigo.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa guarda-chuva que investiga os processos de participação política na elaboração de políticas educacionais, tanto nas Câmaras Municipais desses municípios, quanto nos Conselhos Municipais de Educação, assim como analisa iniciativas da sociedade civil, em geral, voltadas para a disputa da educação pública.

Foram feitas análises comparativas, uma entrevista, tendo como conjunto de referência à teoria do Estado, a filosofia da práxis, a etnografia e a observação participativa. González (2007), Nicos Poulantzas (1977) e Antônio Gramsci (1995) são autores cruciais para pensar os elementos-chave do texto.

As principais constatações, a respeito das temáticas mais debatidas, giraram em torno da garantia do direito à educação nas redes municipais; a preocupação com as condições de trabalho; a qualidade da educação desenvolvida. A representação de educadores foi uma voz muito onipresente nos três CMEs, sinalizando e lutando por estas pautas e outras.

Pode-se perceber que, ao menos em Petrópolis, o poder executivo esteve mais presente nas reuniões do Conselho, logo a construção de políticas educacionais foi permeada por uma importante capilaridade, densidade de informações e olhares. Uma das variáveis atribuídas a este acontecimento é que a representação da sociedade civil, deste conselho, apresenta um grau elevado de

organização política, participação e reconhecimento tanto da sociedade, quanto dos próprios poderes executivo e legislativo. O Conselho foi um grande palco de debate sobre os rumos educacionais da cidade.

Na cidade de São Gonçalo, o diálogo entre o poder executivo e o CME praticamente não existiu. Já no Rio de Janeiro, ao longo das reuniões transmitidas, alguns convidados estiveram presentes nas plenárias, dentre eles representantes do Fórum Municipal de Educação, do Instituto Pereira Passos e dois vereadores integrantes da comissão de educação da Câmara Municipal, contudo os parlamentares não participaram da discussão da pauta do dia. Durante as plenárias, pouco foi falado acerca do poder executivo, dando mais foco as escolas da rede, professores e monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME).

Percebe-se que a sociedade civil organizada, mobilizada e com alto poder de pressão, resulta em desdobramentos políticos relevantes, mais do que a mera pluralidade da representação formal nos assentos dos espaços. Ou seja, a capacidade política se dá muito mais pelos processos de prática política e construção de correlação de forças, podendo chegar a disputa do bloco no poder, do que pelo fato de assegurar uma representação formal (POULANTZAS, 1977).

A pandemia ampliou o fenômeno do trabalho remoto, da transmissão (via redes) e maior publicização das atividades destes espaços de controle social, vide os exemplos de Petrópolis e Rio de Janeiro que criaram canais no YouTube para transmissão das sessões. São Gonçalo criou um perfil no instagram. Todas estas iniciativas ocorreram no decorrer de 2020 e em 2021. Em contraposição, nem todos os CMEs atualizaram suas páginas em websites, o que pode revelar um indício de que há mais procura da sociedade por canais como o YouTube do que nas páginas que contém atas, composição dos conselhos e etc.

Ao fim, apesar do potencial dos conselhos, é notório que o poder executivo tem um peso muito grande na capacidade da execução da política. Esta constatação reflete uma hipótese de trabalho levantada a partir da leitura de autores como González (2007) e Souza (2013) e se confirmou ao longo da pesquisa.

O conjunto das observações e análises que viemos fazendo, ao longo das pesquisas desenvolvidas, permite entender que a temática educacional é uma das principais políticas sociais disputadas, por distintas frações de classe, no bloco no poder dos municípios.

2 CONSTATAÇÕES DOS TRABALHOS NOS CMES NAS CIDADES

As constatações feitas refletem os distintos momentos e as diferentes formas que os objetos foram observados e interpelados ao longo da pandemia. Situando o objeto, os governos das três cidades tinham características próprias, o que repercutiu tanto nas Câmaras, nos Conselhos e na relação com a sociedade civil, como um todo. A atual gestão municipal de Petrópolis está à frente, desde as eleições de 2020, através de um mandato “tampão”, por conta de problemas judiciais neste pleito. O presidente da Câmara (Hingo Hammes) assumiu a prefeitura e manteve parte significativa da equipe da Secretaria Municipal de Educação. No Rio, desde 2020, assumiu o ex-prefeito (2009-2016) Eduardo Paes. Em São Gonçalo, o prefeito eleito em 2020, Capitão Nelson, chegou ao cargo com apoio contundente do presidente Jair Bolsonaro. Não sendo estes apontamentos o foco central do artigo e sem as devidas condições de aprofundamento, a seguir são feitas as descrições e análises mais fundamentais do artigo.

2.1 Petrópolis

Foram feitas observações participativas, desde 2018, na condição de pesquisadores. Todavia, o movimento de estarmos presentes nos espaços, ainda que com discrição (não intervenção falada), inúmeras vezes foram destacadas por membros do Conselho Municipal de Educação de Petrópolis (Comed), o que corrobora com as reflexões de Bourdieu (1997), sobre a impossibilidade de separação sujeito e objeto e a complexa relação de construção de um conhecimento objetivo na análise social.

É fundamental considerar a organização deste órgão, onde as atas estão atualizadas (no website). As reuniões ocorrem toda segunda terça-feira de cada mês, porém, durante a pandemia, em alguns momentos, foram quase quinzenais (com muitas extraordinárias). O processo de atividade remota, volta às aulas, distribuição de materiais, situação de alunos e etc foi pautado entre o Comed, governo local e Câmara (ainda que não tão diretamente). Em alguns momentos, tensões e disputas programáticas ocorreram, mas há que se destacar o ambiente de articulação política em torno do Comed e a capacidade elevada de construir consensos em torno da política educacional, em plena pandemia.

A representação da prefeitura, costumeiramente, foi proativa na apresentação de medidas emergenciais para assegurar o direito dos estudantes de acesso à educação, ainda que de forma remota. O Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe) foi um dos protagonistas, exercendo uma disputa no Bloco no poder com teor classista bastante evidente. Os conselheiros, em geral, tiveram uma postura bastante republicana, colaborando com as construções dos consensos.

Houve um momento em que a sociedade civil esteve altamente engajada no cotidiano do Conselho, quando começou-se a discutir o modelo pedagógico remoto, na rede educacional. A sociedade civil, primeiro, interagiu nas reuniões remotas, depois (quando houve transmissão no canal próprio no YouTube – a partir de 8 de setembro de 2020), os chats revelavam forte teor participativo, com familiares de alunos, professores e direções de escolas. Em certa circunstância, foi notório um grande pico de audiência virtual, porém, com o passar do tempo, as sessões até mesmo pararam de ser transmitidas neste canal (última em 8 de dezembro). Membros do CME apontaram, nos encontros, que o quórum de conselheiros e espectadores foi maior e vem sendo maior, de forma remota, do que presencial, antes da pandemia.

2.2 São Gonçalo

Neste CME, foi feita uma observação participativa, desde março de 2021, uma vez que um dos autores ocupa uma cadeira de conselheiro.

Aproximadamente, em abril de 2021, foi criado um perfil no instagram do CME, porém só havia uma postagem, até então. A página do Conselho está desatualizada.

As reuniões são quinzenais, às terças-feiras, de manhã e a dificuldade de assegurar a participação da representação de setores, como o poder executivo ou os mandatos de vereadores, da comissão de educação, são constantes. Verifica-se processos autoritários diversos, via poder executivo, como não diálogo entre Secretaria Municipal de Educação, em detrimento do CME, nos processos de tomada de decisão, desde planejamento de atividades remotas, até o retorno híbrido nas escolas. Estes temas sempre foram pautados nas reuniões do Conselho, assim como a situação das escolas, dos educadores, no município.

Uma Audiência Pública ocorreu, na Câmara Municipal, sem o CME sequer ter sido convocado. A temática era sobre a situação educacional do município após um ano de pandemia.

É o local analisado, onde a sociedade civil é menos engajada com o CME, assim como o próprio poder executivo. Este órgão basicamente funciona de forma alheia ao bloco de poder local, embora, entidades como o Sepe e pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e outras, assegurem a importância da sua legitimidade. O desafio consiste na passagem do movimento mais amplo de galgar forças na disputa no bloco no poder. Assim, a ausência de transmissão, a deslegitimação da Câmara e prefeitura, retroalimentam os problemas. O grande desafio visto é reconfigurar este processo de relações de força, principalmente com o governo.

2.3 Rio de Janeiro

No CME Rio de Janeiro, somente as sessões plenárias (ao final de cada mês) são públicas, embora as reuniões ordinárias ocorram todas as terças de cada mês. Em 2021, a partir de 27 de abril, passaram a ser publicizadas no canal do Conselho, no YouTube. Até a presente data, cinco vídeos foram disponibilizados. Houve uma dificuldade de compreender este espaço, por este formato de interação e também porque foi o alvo analítico mais recente que estes autores se dedicaram. Assim, só houve tempo de fazer uma entrevista (bastante exploratória), desde março de 2021 até outubro. Atas do conselho também estão desatualizadas, constando somente, em 2021, as de abril, na página na internet.

É possível notar que o processo de transmissão pública, a exemplo da reunião do dia 27 de julho, movimentou o espaço virtual, quando algumas postagens, no chat foram feitas, com o teor reivindicando, por parte de professores, que apresentavam pautas variadas; dentre elas, a migração para quarenta horas (da jornada de trabalho) e valorização dos profissionais da rede. O foco temático destes encontros foi o monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Esta constatação corrobora com o diagnóstico de que a sociedade civil, durante o período de pandemia, localizou neste CME, também uma instância importante para lidar com questões do seu universo reivindicativo. No caso deste conselho, os docentes protagonizaram este movimento.

Em contraste a tais questões, é nítido também que há pouco espaço veemente para assegurar a participação da sociedade civil no CME, pois fora da representação oficial do Conselho, pouca ressonância da sociedade civil foi captada na análise dos vídeos.

Ao que parece também, há pouco diálogo entre o conselho e o governo. Até mesmo a presença de vereadores foi tímida, nas cinco atividades aqui descritas.

3 CONCLUSÃO E OS COMENTÁRIOS GERAIS COMPARATIVOS

Uma constatação importante é que o aspecto de gênero deve ser ressaltado, pois nos três Conselhos, todos os presidentes são homens e as respectivas secretárias são mulheres.

Há necessidade de mais análises, como por exemplo, sobre as sessões com maiores audiências, o teor da interação nos chats, o que leva à sociedade civil a se interessar pelo CME ou pela pauta educacional, na pandemia, os contextos políticos dos governos locais, os demais temas dos CMEs e etc. Ao que tudo indica, quanto maior o ambiente democrático-participativo, em torno dos poderes locais e dos Conselhos, mais próspera é a participação e o engajamento, na disputa política em torno do Conselho, se desdobrando em disputa, também na política educacional municipal.

O acesso à informação e ao teor das reuniões é algo expressivo, tanto para dialogar com a sociedade, quanto para fazer pesquisa. Em São Gonçalo, tivemos ciência das atividades desenvolvidas pelo engajamento no espaço; no Rio, as informações foram menos elucidativas, por conta do limite do que é publicizado, somente nas sessões plenárias.

É perceptível o limite da formalidade, seja para apresentar os dados do monitoramento do PME, seja no ato de assegurar cadeiras para diversos setores representativos, seja no fato de transmitir as reuniões. Apesar disto, as constatações vistas, permitem indicar que os processos contraditórios apresentam demandas e pontos que sinalizam que há tensões e disputas, no sentido de configurar luta por hegemonia e participação, no bloco de poder, que trata da área educacional.

Como síntese, as atividades ocorridas em Petrópolis permitem ponderar que devido ao importante engajamento de amplos setores que disputam este bloco no poder, elementos significativos foram vistos, como a construção conjunta orgânica do Comed, com a sociedade civil e o governo. O desdobramento resultou na formação de um Grupo de Trabalho sobre a educação em tempos de pandemia, a elaboração de estratégias mais bem ponderadas de acompanhamento da política

educacional, no meio da pandemia, além de despertar interesse da sociedade como um todo (algo que merece mais aprofundamento e compreensão analítica).

Concluimos que sociedades civis organizadas conseguem se mobilizar e construir suas instâncias; todavia, há uma distinção entre a capacidade de organização e transformação desta força em construção política, pensando na formação do bloco no poder.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (org.). **Perspectivas sobre participação e democracia no Brasil**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SOUZA, Donaldo Bello de (org.). **Mapa dos Conselhos Municipais de Educação no Brasil: criação, implantação e funcionamento institucional e sociopolítico**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.